



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000406-67.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **PAULO ROGÉRIO LUCCIANO e outro**
 Requerido: **APARECIDO DONIZETTI LUCCIANO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

PAULO ROGÉRIO LUCCIANO e SOLANGE LUCCIANO PEREIRA (*únicos herdeiros descendentes, conforme se depreende da certidão de fls. 9*) requerem concessão de alvará, para que o primeiro requerente (Paulo Rogério) possa levantar junto a CEF e INSS os valores referentes ao FGTS, PIS/PASEP e resíduo do benefício previdenciário, deixados pelo falecimento, em 25 de dezembro de 2013, de seu genitor **Aparecido Donizetti Lucciano**, que era viúvo e tinha dois filhos, ora requerentes.

Com a inicial vieram os documentos necessários à instrução do pedido.

O INSS prestou os informes de fls. 30 indicando que não existem dependentes habilitados em nome do falecido.

Não há interesse a ser defendido pela douta Curadoria.

É O RELATÓRIO.

D E C I D O.

O ofício de fls. 30 indica que não existem dependentes habilitados em nome do falecido junto ao INSS.

Já o informe de fls. 22/29, revela a existência de saldos a título de FGTS e PIS.

Conforme esclarece a inicial os requerentes necessitam do alvará para os fins ali mencionados, que não conseguiriam obter sem estar respaldado em respectivo provimento jurisdicional.

Por tais fundamentos, hei por bem deferir os alvarás (*com prazo de 60 dias*) em nome de **PAULO ROGÉRIO LUCCIANO** para levantamento, junto a **CEF e INSS**, de saldos da conta vinculada de FGTS, cota e juros de PIS/PASEP, bem como do resíduo do benefício previdenciário em nome do falecido **Aparecido Donizetti Lucciano**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Oportunamente, providencie-se a extinção perante a rede executiva do TJ e arquivem-se os autos (ainda que não retirado o(s) instrumento(s)).

Custas “*ex lege*”, observados os termos do art. 12 da Lei 1060/50.

P.R.Int.

São Carlos, 02 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**